



Caiado defende mobilização de toda a sociedade contra o feminicídio

Ao lançar a Operação Mulheres, governador alerta que 72% dos crimes ocorrem dentro de casa e reforça ações integradas para a prevenção. **Página 8**



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.835 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 8 A 14 DE MARÇO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ELEIÇÕES

Divulgação



Mendanha diz ter compromisso para integrar chapa majoritária

O ex-prefeito aguarda uma decisão de Ronaldo Caiado e Daniel Vilela, e descarta disputar uma vaga para deputado federal. **Página 3**

BASE GOVERNISTA

Daniel age para administrar ambições e evitar dissidências



Com vários nomes disputando espaço na chapa majoritária, vice-governador passa a atuar para acomodar interesses da base governista. **Página 9**

ENTREVISTA

ANDREY AZEREDO

Presidente do MDB de Goiânia

Vice de Daniel Vilela será definido mais adiante e Gustavo Mendanha aparece como opção

Azeredo avalia que o diferencial da base será apresentar resultados da atual gestão estadual como ativo eleitoral e defende que a escolha do vice de Daniel Vilela leve em conta o perfil que agregue votos e dialogue com segmentos estratégicos do eleitorado, como o agronegócio e o público evangélico. **Páginas 4,5**



Divulgação

ESCOLA

IA chega às escolas antes da lei e expõe o desafio regulatório da educação



Enquanto se discute o marco legal da IA, Goiás incorpora a tecnologia e coloca em evidência o dilema entre inovação, equidade e proteção de dados. **Página 12**

TAXA DO AGRO

Votação é frustrada após emendas

Proposta volta à CCJ na Alego e a previsão é que seja votada em plenário apenas na próxima semana. **Página 7**



ANÁPOLIS

Médicos denunciam salário atrasado
Profissionais da UPA Alair Mafra relatam falta de respostas da gestão municipal.

Página 10

SAÚDE INTEGRAL

Parto humanizado valoriza a mulher
Modelo adotado na Maternidade Célia Câmara oferece estrutura planejada para assegurar conforto físico.

Página 10

HERIVELTO NUNES

CBF precisa coibir cera e simulação
Entidades estão elaborando regulamentação para coibir a "cera" nas partidas do esporte mais popular do mundo.

Páginas 11

EDITORIAL

O desafio permanente de proteger as mulheres

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, governos e instituições públicas anunciam novas medidas de enfrentamento à violência de gênero. O plano nacional para combater o feminicídio, com mutirão para cumprimento de mandados de prisão, ampliação da rede de acolhimento e monitoramento de agressores, soma-se às iniciativas lançadas em Goiás, como a Operação Mulheres e o uso de inteligência artificial para mapear riscos e prevenir crimes.

São ações relevantes e necessárias. O feminicídio exige resposta firme do Estado, com repressão aos agressores, proteção às vítimas e políticas públicas que garantam acolhimento, assistência e justiça. Iniciativas integradas entre segurança pública, Judiciário, assistência social e saúde são fundamentais para reduzir a violência e salvar vidas.

Mas os números mostram que, por si só, essas medidas ainda estão longe de resolver o problema. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que o país registrou 1.492 feminicídios em 2024 — uma média de quatro mulheres assassinadas por dia. Em Goiás, foram 59 casos em 2025, um aumento de 6% em relação ao ano anterior e uma escalada expressiva na comparação com 2018.

A própria natureza desses crimes revela o tamanho do desafio. Em 97,3% dos casos, os autores são homens e, na maioria das vezes, companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Mais alarmante ainda é saber que 13,1% das mulheres assassinadas possuíam medida protetiva no momento do crime, o que expõe falhas graves na rede de proteção.

Esses dados evidenciam que o feminicídio não é apenas um problema de segurança pública. Ele está enraizado em um machismo estrutural que naturaliza a desigualdade. Meryl Streep, ao receber prêmio no Globo de Ouro de 2017, disse que as atitudes do recém-eleito Donald Trump I legitimavam o preconceito e a discriminação. O mesmo se viu no comportamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao longo de seus vários mandatos.

Por isso, combater o feminicídio exige mais do que operações policiais, leis ou tecnologia. Exige transformação cultural profunda. Famílias, escolas, instituições e toda a sociedade precisam enfrentar, de forma direta, os padrões que sustentam a desigualdade de gênero.

ARTIGO

Quem teme o desejo feminino?

Há um desconforto persistente quando uma mulher escreve sobre desejo. Ele nasce do deslocamento de papéis estabelecidos historicamente, pois, durante séculos, o desejo feminino foi narrado, interpretado e delimitado por vozes masculinas.

O primeiro ponto de tensão é o direito à subjetividade. A sociedade aceita posicionar, com relativa facilidade, a mulher como objeto do desejo, mas ainda reage quando ela se coloca como sujeito desejante. Existe uma expectativa implícita de que a sexualidade feminina seja silenciosa, privada e, preferencialmente, mediada pelo olhar masculino. Ocorre que, ao escrever sobre o próprio prazer, a mulher rompe essa mediação, determinando autoridade própria para

sentir e para narrar o que sente.

Esse movimento costuma gerar dois tipos de reação reveladores. De um lado, surge o julgamento moral, frequentemente vindo de outras mulheres socializadas dentro da mesma lógica de contenção, onde a escrita erótica feminina é confundida com exposição, vulgaridade ou busca por atenção. Resulta num texto que deixa de ser lido como obra e passa a ser interpretado como confissão, ou seja, a autora deixa de ser autora e passa a ser personagem.

Do outro lado, aparece a erotização imediata da própria escritora. Parte dos homens interpreta a escrita sobre desejo como um convite pessoal. Nesse contexto, o texto deixa de ser literatura e passa a ser

ARTIGO

Liderança feminina que transforma o setor de alimentos

A indústria brasileira vive uma transformação que não faz barulho de máquinas, mas muda a engrenagem por dentro. Nos últimos anos, mais mulheres passaram a ocupar espaços estratégicos no setor industrial, e a indústria de alimentos é um dos territórios onde essa virada tem se tornado mais visível. Dados do Observatório Nacional da Indústria (ONI), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostram que, em 2023, as mulheres ocupavam 39,1% dos cargos de liderança na indústria brasileira — avanço significativo em relação aos 35,7% registrados em 2013. É uma transição silenciosa, gradual, mas consistente.

No setor de alimentos, essa presença ganha contornos ainda mais simbólicos. Trata-se de uma área historicamente associada ao universo feminino no ambiente doméstico, mas que, no ambiente corporativo, sempre teve comando majoritariamente masculino. Agora, o cenário começa a se equilibrar. Mulheres estão à frente de áreas como desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, inovação, susten-

tabilidade, marketing estratégico e até operações industriais — postos que exigem formação técnica, visão de mercado e capacidade de gestão.

Eventos especializados da cadeia alimentícia, realizados em 2024 e 2025, passaram a destacar a liderança feminina como pauta estruturante, não mais como exceção. Painéis voltados a executivas do setor discutem desde inovação tecnológica até inteligência de mercado e transição sustentável, indicando que a presença feminina deixou de ser pontual e passou a integrar o debate estratégico da indústria.

Embora ainda distante da paridade, o avanço de mais de três pontos percentuais em uma década nos cargos de comando revela uma mudança cultural relevante. A indústria de alimentos, um dos pilares da economia nacional, começa a refletir um ambiente corporativo mais plural. E isso não se resume à representatividade: a diversidade tem sido associada a ganhos de competitividade, maior capacidade de inovação e decisões mais alinhadas às demandas contemporâneas do consumidor.

A nova configuração do setor também dialoga com um mercado que exige sensibilidade para temas como saudabilidade, sustentabilidade e responsabilidade social — áreas em que lideranças femininas têm desempenhado papel ativo na formulação de estratégias e no posicionamento de marcas.

A indústria da alimentação brasileira, tradicional em sua base produtiva e ao mesmo tempo desafiada por transformações tecnológicas e ambientais, encontra nas mulheres uma força que combina experiência, técnica e visão de futuro. A mudança pode ser gradual, mas é concreta — e, ao que tudo indica, irreversível.



Roberta Tibery é gerente de Marketing e Trade Marketing da GSA Alimentos



Cilene Resende é advogada, empresária e escritora, autora de O mar é uma pista de dança.



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Candidato do PSD sai dia 15 de abril

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), anunciou a pré-candidatura à presidência em publicação nas redes sociais na sexta-feira, 6. E divulgou também suas propostas em um "manifesto ao Brasil". Os três pré-candidatos do partido cumprem agendas conjuntas em São Paulo, acompanhar as filiações de deputados estaduais paulistas ao PSD. O presidente do partido, Gilberto Kassab, disse que o partido vai anunciar a candidatura do PSD dia 15 de março.

Caiado no Senado

O candidato preferido de Kassab seria o governador do Paraná, Ratinho Júnior, que é também o presidenciável do PSD menos entusiasmado com a pré-candidatura a presidente da república. Esta semana, Ronaldo Caiado, que ainda não oficializou sua filiação ao PSD, considerou disputar outro cargo eletivo, caso não seja o escolhido de Kassab. Em entrevista a Thiago Mendes, da Band Cidades, ele não descartou se candidatar a outro cargo majoritário, ou seja para o Senado.

Caiado em 2º no ranking digital

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), aparece em segundo lugar no Índice Datrix de Presidenciáveis (IDP), ranking que mede a performance digital dos nomes cotados para a disputa pelo Palácio do Planalto em 2026. O levantamento considera os dois primeiros meses do ano. Caiado registrou 33,68 pontos e ficou atrás apenas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), líder do ranking no período.

Ratinho Jr. e Eduardo Leite

O governador do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), aparece na terceira posição, com 29,90 pontos, enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ficou em quarto lugar. Também aparecem na lista o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), em quinto, com 24,14 pontos, e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), com 22,56.

Datrix

Desde 2025, a consultoria Datrix monitora a presença e o desempenho digital de pré-candidatos à Presidência da República, utilizando inteligência artificial para analisar conteúdos publicados nos perfis oficiais dos políticos e também no chamado "mar aberto", formado por influenciadores, jornalistas e outros atores do debate público. O índice combina análise quantitativa e qualitativa das menções nas redes. A pontuação varia de -100 a 100 — quanto mais positiva, maior e mais qualificada é a repercussão em torno do nome avaliado.

Mendanha diz ter compromisso para integrar chapa majoritária



Fotos: Divulgação

O ex-prefeito de Aparecida de Goiânia Gustavo Mendanha (UB) afirma que conta como certa sua presença na chapa majoritária do grupo governista na disputa pelo Governo de Goiás em 2026. Segundo ele, há um compromisso, cujo autor não especifica, de que participará da composição. Mendanha também rebate a afirmação do vice-governador Daniel Vilela (MDB) de que teria aberto mão da disputa ao Senado. "Eu disse que seria difícil disputar, então não houve uma concordância nisso ainda", afirmou. Sobre a possibilidade de ser candidato a vice-governador, Mendanha diz que ficaria "muito tranquilo" e descarta disputar uma vaga para deputado federal. Quanto a uma eventual mudança de partido para viabilizar a com-

posição da chapa, já que Gracinha Caiado, pré-candidata ao Senado, também é filiada ao União Brasil, ele afirma que qualquer iniciativa nesse sentido teria de partir de Daniel Vilela ou do governador Ronaldo Caiado (PSD). "Por enquanto estou aguardando, colocando meu nome à disposição do governador Ronaldo Caiado, consciente do momento difícil que Daniel vive, mas acreditando que posso somar muito, não só na Região Metropolitana, mas também junto ao público evangélico, onde tenho grande penetração", disse. Mendanha acrescenta que ele e a esposa, Mayara Mendanha, têm forte presença política. "Na eleição eu não ando sozinho. Somos pessoas que gostamos de gente e tenho certeza de que podemos fazer a diferença."



Mayara Mendanha, esposa de Gustavo Mendanha, que chegou a ser cotada para ser vice de Sandro Mabel em 2024, não vai disputar nenhum cargo eletivo em 2026.

TSE define novas regras para as eleições de 2026

A Justiça Eleitoral divulgou nesta sexta-feira (6) um conjunto de resoluções que vão orientar o processo eleitoral de 2026. As normas tratam de temas como uso de inteligência artificial nas campanhas, proteção às mulheres, calendário eleitoral, regras para candidaturas e auditoria do sistema eletrônico de votação. Entre os pontos definidos, está a janela partidária, marcada para ocorrer entre 5 de março e 3 de abril de 2026, além da proibição do uso de IA para disseminar desinformação ou produzir conteúdos que caracterizem violência política de gênero. Também foram estabelecidas novas regras de fiscalização das urnas e criado um estatuto que reúne direitos e deveres da cidadania perante a Justiça Eleitoral.

Disponível para vice

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, afirma que permanece à disposição para compor a chapa majoritária do grupo governista na vaga de vice-governador, mas ressalta que essa não é uma condição indispensável. Segundo ele, atualmente sua principal dedicação está nas entidades do setor produtivo. "Temos um trabalho muito forte na Faeg, no Senar, além da atuação como presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae e da parceria com os sindicatos rurais", afirmou.

Disputa acirrada

José Mário Schreiner avalia que a eleição para o governo de Goiás em 2026 tende a ser bastante disputada. Para ele, a consolidação da pré-candidatura do senador Wilder Moraes (PL), somada ao nome do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), aponta para um cenário competitivo. O dirigente do setor agropecuário também destaca a importância das eleições proporcionais no próximo pleito. "Agora precisamos nos preocupar também com as eleições proporcionais, com as candidaturas a senador, deputado federal e deputado estadual, para que não só o agro, mas todo o setor produtivo esteja bem representado nas esferas de poder, principalmente nas esferas legislativas", afirmou.

PT fica sem rumo após recuo de Edward Madureira

O anúncio da pré-candidatura do vereador Edward Madureira (PT) a deputado federal, abrindo mão da disputa pelo governo de Goiás, deixou ainda mais indefinida a estratégia do partido para 2026. Diante do cenário, o ex-deputado Luiz Cesar Bueno colocou seu nome à disposição para concorrer ao Palácio das Esmeraldas pela sigla.

Anúncio de candidato ficou para o dia 9

Desde que o PT iniciou conversas com o ex-governador José Eliton, no fim do ano passado, diferentes nomes passaram a ser cogitados para a disputa estadual. Entre eles, o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Gilvane Felipe; a presidente estadual do PSB, vereadora Aava Santiago; e o jornalista Cláudio Curado, além do pré-candidato Valério Luiz Filho. O PT promete anunciar o pré-candidato ao governo no dia 9 de março.

ANDREY AZEREDO

Vice de Daniel Vilela será definido mais adiante e Gustavo Mendanha aparece como opção

Andréia Bahia e Lucas de Godoi

A movimentação partidária em Goiás começa a redesenhar o cenário para as eleições de 2026. Para o secretário de Planejamento de Aparecida de Goiânia e dirigente do MDB, Andrey Azeredo, as mudanças recentes, como a saída de Ana Paula Rezende do partido e a não aliança com o PL, não enfraquecem o projeto eleitoral do grupo liderado pelo governador Ronaldo Caiado (UB). Segundo ele, a base governista entra na disputa com uma estratégia consolidada: eleger Daniel Vilela (MDB) ao governo e garantir as duas vagas ao Senado. No momento, três nomes aparecem como pré-candidatos competitivos dentro do grupo: Gracinha Caiado, Zacharias Calil e Vanderlan Cardoso. Azeredo avalia que o diferencial da base será apresentar resultados da atual gestão estadual como ativo eleitoral. Ele também defende que a escolha do vice de Daniel Vilela será feita apenas mais adiante, levando em conta o perfil que agregue votos e dialogue com segmentos estratégicos do eleitorado, como o agronegócio e o público evangélico. Na entrevista, o emedebista também comenta o espaço do ex-prefeito Gustavo Mendanha na equação política, a possibilidade de divergências entre MDB e PT no cenário nacional e a estratégia do partido para ampliar sua bancada federal em 2026.

TRIBUNA DO PLANALTO

A candidatura de Daniel sofreu dois reveses nos últimos dias: o PL não avançou na aliança e Ana Paula Rezende deixou o MDB e se filiou ao PL. Qual o impacto dessas movimentações na candidatura do grupo governista ao governo?

ANDREY AZEREDO

Eu tenho uma certa discordância quanto a esse ponto de vista. Vamos aos fatos de hoje: o MDB ganhou a filiação de um grande quadro da política de Goiás e do Brasil, que é o Zacharias Calil, nosso pré-candidato ao Senado; politicamente, a saída da Ana Paula gerou momentaneamente mídia, mas eleitoralmente os próprios críticos, analistas e profissionais da área já evidenciaram que não tem impacto nenhum. Ela não tem capital político próprio, não tem grupo político próprio e não conseguiu levar nenhuma

“Ocupar ou não espaços, é uma questão muito pequena, porque você não ocupa e contribui apenas quando está efetivamente na gestão.”

liderança de quilate do MDB para o projeto dela. Ou seja, o MDB está forte, unido, aguerrido e pronto para o embate eleitoral de 2026, pronto para apoiar o governo do estado naquilo que foi solicitado, tanto em prol de Ronaldo Caiado para presidente,

como para Daniel Vilela para governo, Gracinha Caiado para o Senado e Zacharias Calil para o Senado.

O senhor não mencionou Vanderlan Cardoso. Ele já não está com o grupo?

Sim, é um grande quadro do PSD. Eu não mencionei porque ainda não ouvi do governador Ronaldo a formalização efetiva dessa pré-candidatura pela base, mas concretizando, é um grande quadro, um senador da República, tem capital político próprio e vai contribuir muito para o fortalecimento do grupo e para a própria busca dele para reeleição. Tanto ajuda o projeto do governador Ronaldo e do Daniel Vilela, bem como o próprio projeto pessoal dele, Vanderlan Cardoso.

Ana Paula dizia que os emedebistas iristas estavam sem espaço no partido e nas estruturas de governo. Isso procede na sua avaliação e quais iristas ela menciona? O senhor falou que nenhum irista de quilate a acompanhou. Qual o perfil de correligionário a teria acompanhado?

Não, nenhum a acompanhou, que eu tenha conhecimento. Primeiro, o MDB não é cabeça de chapa da atual gestão. O governador, que tem feito um trabalho de extrema qualidade, chama-se Ronaldo Caiado. Ele foi reeleito com o apoio do MDB, mas já vinha de um governo exitoso. Naturalmente ele deu sequência e aprimorou aquilo que tinha sido feito, com a con-

tribuição direta de Daniel Vilela como vice-governador. Ocupar ou não espaços, é uma questão muito pequena, porque você não ocupa e contribui apenas quando está efetivamente na gestão; contribui apresentando sugestões, contribui tendo o vice-governador diuturnamente trabalhando em prol do Estado, tendo como referência as gestões anteriores tanto de Maguito (Vilela) quanto de Iris Rezende e de outros prefeitos de muita qualidade que o MDB tem no interior e que servem como modelo, como exemplo de ações que o Estado tem ou queira desenvolver. Você não precisa efetivamente ter um emedebista sentado em uma cadeira para dizer que o partido está sendo ou não participe de um governo. O MDB participa dessa gestão e participa de uma forma muito grandiosa pela qualidade que tem e pelo que foi construído junto com o governador Ronaldo Caiado. Ter ou não um cargo, isso é muito pessoal do gestor. Ele monta a equipe dele, ele escolhe as peças e ele faz os convites. E um ponto é preciso deixar bem claro: o MDB de Goiás não é um partido que apoia em troca de cargos. Nunca fez isso, que eu me recorde, e eu milito nas fileiras do MDB desde 2002. E não vi, especialmente por parte de Daniel Vilela como presidente do partido quando apoiamos a candidatura à reeleição de Ronaldo Caiado, esse compromisso. Ao contrário, eu estava na reunião e participei, porque era do diretório estadual, e o que foi evidenciado foi: o MDB está

apoiando o senhor pelo projeto pelo que o senhor representa, pelos avanços na segurança, pela construção e ampliação das oportunidades no estado, por esse programa social que está sendo entabulado e que a gente quer ver crescer. Caso o senhor venha a vencer, e nós vamos trabalhar com o senhor já na chapa, que tinha Daniel de vice, queremos contribuir com ideias e cabe ao senhor ou não escolher as pessoas que vão compor o governo do senhor. Assim o Daniel fez com o governador Ronaldo Caiado, assim Daniel fez com o atual prefeito de Goiânia, Sandro Mabel, em nenhum momento o MDB declarou apoio tendo argumentado ou exigido antes prévio espaço estabelecido. Ao contrário, nós queremos participar pelo projeto.

Em razão das últimas movimentações, houve mudança em relação às candidaturas ao Senado. O grupo governista não pode incorrer no mesmo erro de 2022, quando também lançou diversas candidaturas ao Senado e não elegeu o senador? O que difere de 2022 para cá para que se tenha êxito nessas duas cadeiras em jago?

Primeiro, hoje são duas cadeiras e não uma, como foi em 2022. Há um aumento de 100% na possibilidade de ocupação de uma outra vaga; dobrou-se o tamanho da janela, vamos assim dizer. Isso gera uma demanda maior por candidatos. Aparentemente hoje são três que se apresentam como



Andrey Azeredo
Presidente do MDB de Goiás

pré-candidatos e com interesse, e legítimos, pois possuem trabalho evidenciado, mostrado em Goiás, possuem capital político próprio e entendem que podem contribuir ainda mais não só com Goiás, mas com o governo de Daniel Vilela e bem como com o país, já que serão senadores do Brasil. Do lado das outras chapas teremos candidatos, mas o grupo da base do governador Ronaldo Caiado e Daniel Vilela é muito sólido, vai trabalhar não apenas com o discurso e com o falatório de promessas, mas principalmente com a apresentação de resultados concretos em prol das cidades, em prol do povo, em prol de todas as áreas do estado. E o que nós queremos e acreditamos é que na hora da avaliação o eleitor vai falar assim: eu não vou arriscar naquilo que eu não tenho certeza, eu vou fazer a escolha pelo que está aí e que vai ser aprimorado. É esse o tipo de avaliação que acreditamos; e vamos trabalhar e apresentar para o eleitor durante a campanha e que caberá a ele fazer a escolha. Neste momento, dia 5 de março, temos três pré-candidatos muito fortes, dona Gracinha Caiado, a primeira-dama do estado e que tem, independentemente disso, uma ação, uma vida em prol do povo goiano, sempre muito atuante ao lado do governador Ronaldo Caiado com ações fortes na assistência social, na rede de proteção que é gigantesca e referência em todo o Brasil; Zacharias Calil pelas qualidades próprias como profissional, como médico de renome não nacional mas internacional, pelo trabalho que faz no Congresso e pelas pautas claras que defende. Senador Vanderlan trabalha muito diretamente junto aos prefeitos, favorecendo o municipalismo, ou seja, todos eles, com um manto envolto das ações do governo do estado e aquilo que Daniel Vilela apresentará no programa de governo, no seu projeto de governo para os próximos quatro anos, vai ter uma força muito grande, o que, acredito, poderá superar qualquer que seja os demais candidatos e as duas vagas serem vindas vencedoras da base aliada.

Em relação à vice-governadoria, como será a escolha desse candidato?

Ela vai ser avaliada com o tempo, com tranquilidade, observando o cenário. Nós estamos no início de março e as convenções são em agosto. Temos quatro meses cheios até o início das convenções. Ou seja, é muito tempo.

Na última eleição, o governador Ronaldo Caiado escolheu o vice um ano antes.

Sim, o vice foi escolhido na última bem antes, que no caso é

o Daniel Vilela. Porém, os senadores foram oficialmente apresentados na convenção. Agora, o que estamos fazendo é diferente. O candidato ao governo é Daniel, que será candidato à reeleição, e temos os senadores. E o vice vamos apresentar lá na frente. Normal. Eu não tenho que estar com a chapa fechada agora, até porque pelo calendário legal, a data é agosto de 2026 e assim será observado. É tempo de observar, é tempo de ver como que a população sente e o perfil que ela idealiza em um vice, tudo isso vai ser monitorado, acompanhado, discutido em especial pelo governador, pelo Daniel e pelos líderes de partido e será feito no momento certo a indicação daquele ou daquela que podem vir a ser o visto do componente da chapa.

A não confirmação do PL na chapa alterou os critérios para essa escolha? E uma outra questão, qual o peso do agro e do eleitorado evangélico nessa definição?

O governo federal tem problemas envolvendo escândalos de toda a ordem em várias pastas e valores que não são aceitos em hipótese nenhuma pelos goianos, por Daniel Vilela e pelo MDB.



O PL, para indicação da vice, eu não vejo alteração até porque o que eles tinham solicitado era a vaga ao Senado. Com relação a esses dois segmentos que você apresenta, são dois segmentos extremamente fortes, os evangélicos representam algo em torno de 27%, 30% da população Goiana; em Goiás é um segmento extremamente unido, forte e com pautas claras; do outro lado nós temos o agro, que é a mola, é a força produtiva desse estado, gera milhares de empregos e leva o nome de Goiás para o Brasil e mundo afora com a produção, ano acima de ano, recorde, com tecnologia de primeiro mundo, sempre com inovações e respeito ao meio ambiente. São dois segmentos fortes, mas não são excludentes. Muito pessoal do agro tem respeito e também são evangélicos e vice-versa. Há uma horizontalidade nos princípios e nos valores, e o que a gente acredita que será ponderado é justamente isso: qual é o perfil da indicação, se é de fato aquele que tem só uma bandeira evangélica ou aquele que é só o agro, isso é um segundo momento. O perfil é muito similar em razão dos valores e dos princípios que defendem e comungam. A construção da indicação do nome seria um segundo momento. E isso vai ser feito com muita serenidade e muita maturidade.

Como está a discussão em relação a Gustavo Mendanha nessa equação toda. Ele mudou de partido para viabilizar uma candidatura ao Senado, e isso está mais distante do que naquele momento. Qual o futuro dele?

O próprio vice-governador disse que ele não tem interesse em disputar o Senado se não forem apenas duas candidaturas, mas está se apresentando e argumentando os valores e as qualidades que possui para ocu-

par o cargo de vice. É legítimo, é um direito, é um grande quadro, é um jovem que na gestão já mostrou extrema sabedoria e qualidade e que também deve estar sendo considerado. Agora volto a dizer, neste momento, o que eu entendo que está sendo feito tanto pelo governador quanto pelo vice-governador, é a avaliação do perfil e o perfil que a sociedade deseja. E no momento oportuno se ponderará qual que é o perfil ideal e qual que é o ator político que se amolda mais a este perfil idealizado pela sociedade, que agregue voto, que seja referência, que tenha uma conduta ilibada, que represente e caracterize os valores que a sociedade goiana defende hoje, tenha capacidade de gestão e assim por diante. E lá na frente, Gustavo Mendanha com certeza será avaliado. Ele é um ex-prefeito de Aparecida que tem uma gestão respeitada.

Daniel Vilela está comandando nacionalmente um movimento contra a aliança do MDB e o PT. Considerando que o PT e o MDB foram aliados históricos diversas vezes, tanto no âmbito nacional como regional, esse pleito não fica sem uma argumentação que sustente esse movimento?

Não, de forma nenhuma. A política é feita em razão do momento. E o momento de 2026 mostra um governo federal que deixa muito a desejar, que tem casos com problemas envolvendo escândalos de toda a ordem em várias pastas e que são valores que não são aceitos em hipótese nenhuma pelos goianos, por Daniel Vilela, pelo MDB. Ele só está explicitando nacionalmente para o diretório é nacional que é isso que nós defendemos, transparência no gasto, responsabilidade com dinheiro público, ações que gerem resultado efetivo, assumir responsabilidade em especial no caso da Segurança

Pública, que o governo federal tem sido omissivo. E Goiás hoje dá exemplo pelas ações do governador Ronaldo Caiado de como fazer e trazer e dar de fato segurança pública a todos os cidadãos do nosso estado. Nós defendemos esse modelo de aliança para o MDB nacional. E é isso que o Daniel está defendendo publicamente, uma demonstração de grandeza e maturidade política por entender que é preciso que toda a sociedade veja aquilo que são as bandeiras do MDB, as bandeiras de Daniel Vilela e aquilo que nós, do MDB, que apoiamos Daniel Vilela, não queremos, e que hoje está concretizado no governo federal.

O senhor é filiado ao MDB pelo menos desde 2001, e vai se lembrar que em 2002, o Maguito Vilela não só apoiou a candidatura do Lula, como comandou internamente o movimento de apoio a essa candidatura. Quem mudou, o PT ou o MDB?

Naquele ano, nós tínhamos uma candidatura ao governo de Goiás e o principal adversário nosso era o PSDB, e continua sendo, e o PSDB estava disputando nacionalmente, com uma postura de muito combate, de gerar uma situação econômica que naquele momento garroteava o orçamento familiar do brasileiro. Maguito Vilela, com muita responsabilidade, viu uma alternativa, que inclusive foi vitoriosa, porque foi o brasileiro quis para aquele momento. Muito diferente do atual momento, onde o presidente que está em exercício não tem a aprovação popular que tinha à época. Por quê? Porque não tem entregado aquilo que promete. E é diante dessa decepção, daquilo que não foi honrado quando da campanha e de palanque, que o MDB não aceita. O MDB quer seriedade, volto a dizer, respeito, de fato, um orçamento familiar que dê conta de arcar com aquilo que é o indispensável, mas que permita o lazer, a cultura, permita outras questões que hoje o cidadão não dá conta porque ele vive para pagar despesa. É isso que nós queremos, um estado e uma nação com uma economia mais saudável e o atual modelo representado pelo PT não tem entregue isso. E além disso está hoje envolto em vários problemas que a mídia como um todo explícita. O queremos é dar sequência ao que Caiado tem feito, ao longo dos últimos sete anos, governo austero, transparente, que não aceita desvio de conduta, que lugar de bandido é na cadeia ou no outro estado, e assim por diante.

SAÚDE INTEGRAL

Parto humanizado valoriza papel da mulher em maternidade pública de Goiânia

Fotos: Ascom HMMCC

Modelo adotado na Maternidade Célia Câmara oferece estrutura planejada para assegurar conforto físico, emocional e autonomia durante todo o processo de nascimento

Carla Borges

Um serviço que busca o atendimento integral e coloca a mulher, o bebê e a família no centro do processo de nascimento, com respeito à fisiologia do parto, às evidências científicas, aos direitos da gestante e à segurança clínica. Esse é o foco do modelo de parto humanizado adotado pelo Hospital Municipal da Mulher e Maternidade Célia Câmara (HMMCC), que vem se consolidando como um dos pilares da assistência materno-infantil na rede pública de Goiânia.

A operadora de caixa Maria de Fátima Dilva dos Santos, de 26 anos, deu à luz o segundo filho, Aldair José, às 7 horas do último dia 3. Ela desenvolveu diabetes gestacional no início da gravidez e foi encaminhada diretamente ao HMMCC, onde fez todo o pré-natal. Devido à complicação, os médicos optaram por fazer a indução do parto quando ela completou 37 semanas. "Tive um acompanhamento muito bom, com muita atenção, que realmente faz diferença", contou.

Ana Luísa Martins Coutinho também deu à luz na Maternidade Célia Câmara na última semana. O filho João Lucca nasceu às 4h23 do último dia 4. Mãe e filho passaram bem.

AMBIENTE

De acordo com o médico obstetra e diretor técnico da maternidade, Rafael Mazon, o fortalecimento do parto humanizado surgiu da



Maria de Fátima teve diabetes gestacional e os médicos optaram por induzir o parto normal

necessidade de qualificar a assistência obstétrica no Sistema Único de Saúde (SUS). "O parto humanizado é um modelo de cuidado que coloca a mulher como protagonista. Nosso objetivo é oferecer uma experiência segura, ética e centrada na mulher e na família", afirma o diretor.

A maternidade conta com um Centro de Parto Normal estruturado no modelo PPP (Pré-parto, Parto e Pós-parto imediato), permitindo que a gestante permaneça no mesmo ambiente durante todas as fases do trabalho de parto, sem necessidade de deslocamentos entre setores. Atualmente, a unidade dispõe de cinco leitos PPP, projetados para garantir conforto, privacidade e continuidade do cuidado. O ambiente favorece o vínculo, reduz a ansiedade e proporciona uma experiência mais tranquila para a mulher e seus familiares.

As salas de parto humanizado oferecem estrutura planejada para assegurar conforto físico, emocional e

autonomia durante todo o processo de nascimento. Os leitos no modelo PPP contam com banheira, que auxilia no alívio da dor e promove relaxamento, além da possibilidade de banho morno e uso do chuveiro como métodos não farmacológicos. A gestante também pode utilizar a bola suíça, que estimula a mobilidade pélvica e favorece posições verticais, contribuindo para a evolução do trabalho de parto.

Há liberdade de movimento e de escolha da posição mais confortável, iluminação ajustável para tornar o ambiente mais acolhedor e espaços individualizados que preservam a privacidade. Durante todo o processo, é garantida a presença contínua de acompanhante de livre escolha, além do apoio integral da equipe multiprofissional, que atua com comunicação empática, escuta ativa e suporte técnico qualificado.

ATENDIMENTO

A direção ressalta que o parto humanizado não se



Ana Luísa Martins Coutinho com o filho João Lucca, que nasceu de parto normal às 4h23 do dia 4 de março

limita ao parto normal. O conceito está relacionado ao modelo de assistência adotado, que prioriza acolhimento, respeito às escolhas da mulher, informação clara e segurança baseada em evidências científicas, independentemente da via de nascimento. Nos casos em que há indicação clínica para cesariana ou quando essa é a escolha informada da gestante, a maternidade também assegura atendimento humanizado, com presença de acompanhante, comunicação transparente e atuação integrada da equipe. Sempre que as condições clínicas permitem, são estimuladas práticas como o contato pele a pele imediato e o início precoce da amamentação.

A segurança assistencial permanece como prioridade. Há monitorização materna e fetal contínua, protocolos baseados em evidências e estrutura hospitalar preparada para intervenções imediatas, quando necessárias. "Humanizar não significa abrir mão da segurança. Pelo

contrário: significa oferecer cuidado técnico qualificado, com respeito às escolhas da mulher e pronta resposta a qualquer intercorrência", reforça Rafael Mazon.

O diretor técnico explica que, no modelo adotado pela unidade, a mulher participa ativamente das decisões sobre seu parto. "O consentimento informado, o respeito ao plano de parto e a liberdade de posição garantem autonomia e protagonismo. A equipe atua como suporte técnico e emocional, assegurando informação clara e apoio contínuo", esclarece Mazon.

A assistência é realizada por equipe multiprofissional formada por enfermeiras obstétricas, médicos, técnicos de enfermagem e demais profissionais capacitados. Enfermeiras obstétricas acompanham partos de risco habitual, enquanto médicos atuam sempre que há indicação clínica. A capacitação é contínua, baseada em protocolos atualizados, evidências científicas e práticas de comunicação

ALEGO

Deputados pedem emenda e votação que extingue Taxa do Agro volta à CCJ

Governador Ronaldo Caiado e o presidente da Assembleia, Bruno Peixoto, pediram rapidez na análise, mas emenda e pedidos de vista adiaram a votação

são de créditos das multas relacionadas com as Guias de Trânsito Animal (GTA).

Ambos os projetos voltaram a tramitar na Casa na última quinta-feira (5) após dois dias parados na Comissão Mista por falta de quórum. Os projetos foram discutidos durante a reunião e todas as emendas foram rejeitadas pela base governista. Ainda assim, a expectativa era de que o texto fosse apreciado com celeridade pelos deputados.

No entanto, o deputado Eduardo Prado (PL) apresentou uma emenda ao projeto e, conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sempre que uma proposta recebe alteração em plenário ela precisa retornar à Comissão de Constituição e Justiça para nova análise jurídica e regimental.

Com isso, o processo voltou a tramitar na CCJ ainda na mesma tarde. No colegiado, o líder do governo, Talles Barreto (União Brasil), apresentou voto em separado

Will Rosa



Deputados discutem em plenário proposta que prevê o fim da chamada "Taxa do Agro", cuja tramitação voltou à CCJ após apresentação de emenda durante a sessão

pela rejeição da emenda apresentada. O deputado argumentou que o projeto é resultado de diálogo e construção conjunta. "Por isso, eu não vou modificar um projeto que foi elaborado com tanta dedicação", justificou.

Para o líder do governo, a intenção da base era aprovar o texto em dois turnos no mesmo dia, com a quebra do interstício de 24h entre as votações. A esperança era de que o projeto fosse encaminhado imediatamente para

sanção do governador.

MAIS UMA EMENDA

Além do projeto que trata do Fundeinfra, outra matéria do Executivo também teve a tramitação interrompida após receber emenda em plenário. Trata-se do projeto que prevê a remissão de créditos tributários de ICMS relacionados a operações internas de venda de gado registradas por meio da Guia de Trânsito Animal (GTA) ou do Termo de Transferência Animal (TTA). A

alteração foi proposta pelo deputado Karlos Cabral (PSB).

O voto apresentado por Cabral argumentava que produtores rurais não deveriam ser cobrados pelo ICMS quando a venda ou transferência de gado entre produtores já é isenta de imposto e o problema ocorreu apenas na documentação.

De acordo com estimativa da Secretaria de Estado da Economia, a remissão dos créditos tributários previstos no projeto poderá gerar impacto orçamentário-financeiro de aproximadamente R\$ 402,5 milhões em 2026.

Com a interrupção da tramitação, os dois projetos permanecem agora em análise na Comissão de Constituição e Justiça. Após a conclusão dessa etapa, as propostas deverão retornar ao plenário da Alego para nova deliberação dos deputados.

**Arthur Oliveira é estagiário de jornalismo sob supervisão de Andréia Bahia.*

Arthur Oliveira*

O projeto de lei que prevê o fim da "Taxa do Agro", enfrentou um novo impasse na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). A proposta chegou a avançar nas discussões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas durante a Sessão Ordinária recebeu pedido de emenda pelo deputado Eduardo Prado (PL). Outra matéria que também foi emendada trata da remis-

O MOTOGP ESTÁ DE VOLTA A

GOIÁS

Uma conquista para acelerar o coração de todos os goianos.

Ô
Ô
Ô

seguro d

- emã
- na economia goiar
- emã
- ã emp
- diretos gera
- • ã tu

20 A 22 DE MARÇO

AUTÓDROMO INTERNACIONAL DE GOIÂNIA AYRTON SENNA

Escaneie o site of do MotoGf

MOTOGP GOIÁS

GOVERNO DE **GOIÁS**
O ESTADO QUE DÁ CERTO

SEGURANÇA

Caiado defende mobilização de toda a sociedade contra o feminicídio

Secom

Ao lançar a Operação Mulheres, governador alerta que 72% dos crimes ocorrem dentro de casa e reforça ações integradas para a prevenção

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado reforçou que o feminicídio ultrapassa a barreira da segurança pública e requer ações preventivas também no âmbito social e educativo. “É responsabilidade do município, é responsabilidade dos Poderes de Estado e não é uma coisa específica da segurança pública”, ressaltou durante o lançamento da Operação Mulheres 2026 e ações integradas para o combate à violência doméstica, nesta quinta-feira (05/03), em Goiânia. O líder goiano conclamou uma rede de proteção intersetorial para a redução deste tipo de crime. “Se não existir uma cadeia de informações, vamos estar sempre diante de fato consumado”, acrescentou.

Caiado fez um alerta de que 72% dos feminicídios ocorrem dentro das residências. Para ele é urgente a conscientização e envolvimento de toda a sociedade. “Tem que ser responsabilidade de todas as autoridades e também o envolvimento da sociedade”, reiterou. “Nós devemos mostrar que as pessoas têm de denunciar. Não só aquelas que estão submetidas à pressão, mas quem está vendo [o crime]”, pontuou com ênfase na defesa de pragmatismo e ações transversais que vão desde a educação e conscientização da sociedade.

O evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, recebeu representantes de todas as forças de segurança do Estado e marcou o lançamento simultâneo da edição anual da Operação Mulheres - que intensifica ações de combate à violência doméstica - e, em paralelo, outras três frentes de atuação: Operação Marias, projeto Laço Seguro e a Sentinela Violeta, uma ferramenta de Inteligência Artificial (IA) pioneira no Brasil para monitoramento de violên-



Durante lançamento da Operação Mulheres 2026, em Goiânia, o governador Ronaldo Caiado alertou que 72% dos feminicídios ocorrem dentro das residências

cia doméstica e prevenção ao feminicídio.

“Violência contra a mulher não se enfrenta com a ação isolada, se enfrenta com o sistema inteiro trabalhando do mesmo lado, o lado da vítima”, endossou a coordenadora do Goiás Social, primeira-dama Gracinha Caiado. “Proteger as mulheres não é apenas uma questão de segurança pública. É uma política que precisa envolver também justiça, assistência social, oportunidade e autonomia”, frisou. Ela destacou a pluralidade do modelo adotado no Estado. “É uma rede inteira trabalhando na mesma direção: proteger, acolher e entregar resultados na vida real das pessoas”, disse.

O vice-governador Daniel Vilela enfatizou que as iniciativas goianas são partes de uma política permanente. “Goiás não fica parado esperando que se crie uma solução para todo o país e que a gente possa absorver a solução e, só então, ofertar uma condição, uma ambiência para as mulheres no nosso estado”, declarou. “Todos os criminosos que foram denunciados no ano de 2025 estão presos. Não há nenhum hoje que não esteja preso. Ou seja, nós estamos efetivamente indo atrás dos criminosos a partir do momento que são denunciados”, sublinhou.

OPERAÇÃO MULHERES 2026

A força-tarefa engloba o cumprimento de mandados de prisão relacionados a crimes de violência de gênero; prisões em



flagrante; fiscalização e acompanhamento de Medidas Protetivas de Urgência; visitas preventivas a vítimas e agressores monitorados, além de campanhas educativas voltadas também ao público masculino. Outro ponto de atenção será o monitoramento de autores de violência doméstica submetidos à tornozeleira eletrônica, com produção de relatórios de risco e compartilhamento de dados estratégicos.

O trabalho abarca ainda uma campanha educativa para aproximar o cidadão e encorajar uma rede de proteção às mulheres, e terá ampla divulgação no transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia, além de 100 outdoors e 10 mil panfletos para distribuição à população em todo o estado. Ao mesmo tempo, exames periciais e emissão de laudos relacionados a crimes contra a mulher terão prioridade.

A operação terá fase complementar entre os dias 06 e 31 de

março. “É um mês emblemático e nós não estamos inertes. Vamos continuar trabalhando de forma firme, essa é uma causa nacional”, afirmou o titular da Secretaria de Segurança Pública, Renato Brum. Também presente à solenidade, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, falou em nome dos gestores municipais. “Tenho certeza que vamos colher e melhorar mais os resultados em defesa da mulher”, acrescentou. O evento teve a presença do defensor público Tiago Gregório e de representantes de todas as Delegacias Regionais de Polícia e das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams).

INOVAÇÃO APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

Lançada na solenidade, a Sentinela Violeta é um ecossistema de inteligência artificial que coleta, organiza e analisa dados sobre ocorrências, vítimas e agressores, produzindo indicadores confiáveis e identificando

padrões, bem como áreas de maior risco. A iniciativa entra em atividade para mapear a evolução da violência, identifica ameaças, com emissão de alertas em tempo real, para conferir mais precisão na prevenção ao feminicídio.

“É um programa com inteligência artificial que vai nos trazer todo o mapeamento, tanto das vítimas quanto dos autores. Locais em que nós temos maior incidência da violência e que tipo de violência que está ocorrendo”, afirmou o delegado-geral da Polícia Civil, André Ganga. Ele enalteceu o compromisso do governador que aumentou o efetivo policial nas Deams em 40%.

A Operação Marias, também deflagrada pela Polícia Civil, é voltada para o cumprimento de medidas cautelares de prisão, bem como busca e apreensão contra autores de violência doméstica e crimes sexuais. Em paralelo, os agentes intensificam o acompanhamento de medidas protetivas, além de palestras de conscientização e prevenção de crimes de gênero.

Já o projeto Laço Seguro leva, de forma itinerante, palestras educativas para prevenção a este tipo de violência com objetivo de aproximar o contato entre a polícia e a sociedade. A ação, mantida pela Escola Superior da Polícia Civil, busca fortalecer a rede de proteção de vítimas, ensinando a identificar sinais de abuso e os meios de acionar as autoridades.

BASE GOVERNISTA

Daniel age para administrar ambições e evitar novas dissidências

Divulgação



Daniel Vilela articula composição da base e busca equilibrar ambições internas na chapa para 2026

Com vários nomes disputando espaço na chapa majoritária, vice-governador passa a atuar para acomodar interesses da base governista enquanto sucessão ganha contornos

Lucas de Godoi

Os movimentos registrados nos últimos dias na base governista deixaram mais claro o papel que o vice-governador Daniel Vilela (MDB) passou a desempenhar na construção da sucessão estadual. Com vários nomes se movimentando em busca de espaço na chapa majoritária, o desafio da articulação deixou de ser a ampliação de alianças e passou a ser administrar expectativas dentro do próprio grupo que sustenta o governo Ronaldo Caiado.

Esse protagonismo foi delineado pela saída de Ana Paula Rezende do MDB para compor a pré-candidatura de Wilder Moraes ao governo pelo PL. A movimentação, apesar de minimizada por dirigentes do MDB, abriu um flanco político

na base governista e reforçou a necessidade de Daniel assumir pessoalmente a condução das negociações dentro da aliança.

A reavaliação sobre múltiplas candidaturas ao Senado tornou-se o principal eixo dessa acomodação, e se desdobra para a formação de chapas proporcionais e para a vaga de vice. Na definição dos nomes da primeira-dama Gracinha Caiado (UB), do senador Vanderlan Cardoso (PSD) e a costura de Vilela para lançar Zacharias Calil pelo MDB ao Senado, ficaram de fora Alexandre Baldy e Gustavo

Mendanha.

A entrada de Zacharias Calil no MDB, articulada diretamente por Daniel, teve efeito imediato no tabuleiro eleitoral. O deputado vinha conversando com o PSDB de Marconi Perillo e chegou a ser tratado como possível reforço para a oposição. Ao trazê-lo de volta para a base, o vice-governador qualificou as opções do grupo para o Senado e retirou do tucanato um nome que poderia dar densidade à chapa de Marconi.

Ao mesmo tempo, o movimento expôs o tamanho do desafio interno da base, for-

mada por partidos e lideranças com trajetórias e interesses próprios.

O próprio Mendanha deixou claro nos últimos dias que não pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados e, sem espaço imediato na disputa ao Senado, passou a mirar a vice-governadoria como alternativa política dentro da base. O páreo já reúne nomes como o do secretário de Governo, Adriano da Rocha Lima, do presidente da Faeg, Zé Mário Schreiner, do ex-senador Luiz do Carmo, e de representante do sudoeste goiano e do Entorno do

Distrito Federal.

Em entrevista à Tribuna (páginas 4 e 5), o presidente metropolitano do MDB, Andrey Azeredo, comenta o peso dessa escolha sob a ótica do ganho eleitoral, e pondera que o eleitor vai nortear o perfil que deseja. Instado a comentar, ele menciona o peso eleitoral do agronegócio e do segmento evangélico, este último responde por cerca de 30% dos votos. Ao evitar associar a escolha a um grupo específico, ele aposta que há tempo para conversas e composições e diz que o nome deve ser construído em consenso com os partidos da aliança e aparecer só nas convenções, em agosto.

A tarefa de Daniel, portanto, passou a ser menos a de ampliar a base e mais a de preservar sua unidade. A multiplicação de pré-candidaturas ao Senado funciona, nesse contexto, como instrumento de acomodação temporária de lideranças e partidos aliados.

Ao manter essas alternativas abertas, a estratégia funciona, por enquanto, como mecanismo de acomodação interna. Enquanto nomes se mantêm no radar do Senado ou da vice, Daniel ganha tempo para administrar interesses e evitar rupturas. No grupo governista, a leitura é que a disputa real pelas vagas só ocorrerá mais adiante, quando o calendário eleitoral reduzir o espaço para ambições simultâneas e obrigar as decisões finais.

Marconi aposta em fissuras na base governista para encorpar disputa

Sem conseguir, até agora, ampliar de forma visível sua rede de apoios, o ex-governador Marconi Perillo (PSDB) tem apostado no desgaste natural da ampla base política que sustenta o governo Ronaldo Caiado como caminho para viabilizar sua candidatura ao Palácio das Esmeraldas em 2026. Nesse cálculo, a disputa interna por espaços na chapa de Daniel, especialmente nas vagas ao Senado e à vice-governadoria, poderia produzir insatisfações e rearranjos capazes de abrir espaço para novas composi-

ções políticas.

A defesa do tucanato é de que a pré-campanha não deve pautar as ações com o calendário dos opositores porque as definições acabam produzindo insatisfações e rearranjos capazes de abrir espaço para sua chapa. Até agora, as movimentações indicam esforço concentrado de Daniel Vilela para impedir exatamente esse tipo de fissura.

Embora tenha retomado presença no debate estadual desde que reassumiu a presidência nacional do PSDB, Marconi ainda não

conseguiu traduzir essa movimentação em uma rede visível de novas adesões. Nos bastidores, no entanto, a estratégia permanece baseada em um cálculo político mais paciente.

ALIANÇA ARRANHADA

Se, por um lado, novas adesões ao projeto tucano ainda não apareceram, por outro aliados também enxergam sinais de desgaste na tentativa de reorganizar o campo político em torno de Marconi. Um desses episódios envolve a vereadora Aava Santiago

(PSB), que afirmou ter recebido "com surpresa" a notícia de que o PSDB ingressou na Justiça Eleitoral pedindo seu mandato após sua saída da legenda.

A parlamentar afirmou ter tomado conhecimento da ação apenas pela imprensa e relembrou a construção com Marconi para sua mudança partidária. O fato ganhou peso político porque Aava vinha sendo apontada como uma das articuladoras locais da candidatura de Marconi em Goiânia e relatou que mantinha conversas diretas com a direção tucana sobre

sua saída do partido.

O pedido judicial acabou sendo interpretado por interlocutores como um ruído nesse processo de recomposição que gerou eco na Câmara Municipal de Goiânia. Em plenário, o vereador Markim Goyá (PRD) saiu em defesa de Aava e mencionou conversas mantidas com a parlamentar sobre a possibilidade de apoio ao projeto político do ex-governador, episódio que expôs as tensões e incertezas que ainda cercam a reorganização do campo oposicionista no estado.

ANÁPOLIS

Enquanto prefeito “conta histórias”, médicos denunciam salário atrasado

Profissionais da UPA Alair Mafra afirmaram que, após a intervenção da Tribuna de Anápolis, começaram a receber os pagamentos

Carlos Nathan Sampaio

Enquanto o prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), mantém nas redes sociais uma rotina quase diária de publicações com histórias de moradores que teriam recebido sua ajuda direta ou da administração, profissionais da saúde do município denunciaram atraso no pagamento de salários e relataram dificuldades para manter as contas em dia.

Nos vídeos e textos publicados pelo prefeito, a narrativa costuma destacar situações pessoais de moradores e a atuação da prefeitura para resolver problemas pontuais. Em uma das postagens recentes, acompanhada de um vídeo com tom emocional, o prefeito contou a história de um idoso do distrito de Interlândia.

“Eu soube dessa história através de uma mensagem que recebi. O seu Vicente mora no distrito de

Reprodução



UPA Alair Mafra

Interlândia e tem 83 anos. Ele está enfrentando dores fortes enquanto aguarda estar em condições de saúde adequadas para fazer uma cirurgia”, escreveu.

Na mesma publicação, o prefeito afirmou ter acionado uma ambulância para levar o idoso ao Hospital Municipal Alfredo Abrahão. Segundo ele, o paciente ficaria internado para receber medicação e acompanhamento até que pudesse passar pelo procedimento cirúrgico. O texto também menciona que o idoso é muito querido na vizinhança e que recebe apoio de moradores.

Enquanto esse tipo de

conteúdo segue sendo divulgado pela prefeitura, servidores da saúde relatam outra realidade. Após denúncias recentes sobre falta de professores na rede municipal, agora médicos que atuam na UPA Alair Mafra afirmam que estavam com pagamentos atrasados. Estavam porque, nesta mesma semana, após intervenção e questionamentos do Tribuna de Anápolis, o pagamento começou a ser feito para os profissionais.

De toda forma, segundo médicos da unidade, o último pagamento feito, com exceção do desta semana,

tinha sido referente ao mês de novembro. O salário de dezembro deveria ter sido pago no dia 31 de janeiro, mas, de acordo com os profissionais, não foi depositado. O pagamento referente a janeiro, que deveria ter ocorrido em 28 de fevereiro, também não foi realizado.

“Estamos com o receio constante de a OS contratada pela prefeitura sair no final do mês, já que o contrato acaba no fim de março, e termos calotes. Os médicos da UPA Alair Mafra estão desesperados com suas contas atrasadas devido aos meses de pagamento em atraso”, relatou um dos pro-

fissionais, que pediu para não ser identificado por medo de retaliação.

Os profissionais também relatam dificuldades estruturais no funcionamento da unidade: faltam insumos e há problemas nas condições de trabalho, o que, na avaliação deles, acaba impactando diretamente no atendimento à população.

A reportagem entrou em contato com a Prefeitura de Anápolis para comentar as denúncias de atraso nos pagamentos e as condições relatadas pelos profissionais da saúde. Até a publicação desta matéria, no entanto, não houve retorno.

Pedido de CEI do “Anápolis na Roda” volta aos holofotes na Câmara

O vereador Rimet Jules (PT) voltou a defender, na sessão desta terça-feira (3), a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar o caso conhecido como “Anápolis na Roda”, investigado no âmbito da Operação Máscara Digital. Da tribuna da Câmara Municipal de Anápolis, ele conclamou vereadores da base e da oposição a assinarem o novo requerimento para que o Legislativo retome as investigações.

Segundo Rimet, o município se aproxima de um ano do que classificou como “o maior escândalo da gestão do prefeito Márcio Corrêa”, marcado por ataques virtuais a adversários políticos, empresários, pastores, profissionais liberais e famílias. O parlamentar afirmou ter sido uma das vítimas do perfil e criticou o que chamou de falta de esclarecimentos até o momento.

“Não podemos normalizar, passar um pano e fin-

gir que nada aconteceu. É nosso dever moral, enquanto fiscais do Executivo, esclarecer a sociedade de Anápolis sobre os ataques que aconteceram”, declarou. Para ele, mesmo que não seja possível reparar financeiramente os danos causados, a Câmara pode oferecer “reparação moral” às vítimas ao aprofundar a apuração dos fatos.

O tema já havia sido abordado na sessão de segunda-feira (2) pelo vereador

Domingos Paula (PDT), que também cobrou a conclusão das investigações e questionou a interrupção do inquérito após a citação de nomes ligados ao Executivo. O caso ganhou repercussão após a prisão do secretário de Comunicação, Luís Gustavo Souza Rocha, do ex-diretor de Comunicação da Câmara, Denilson Boaventura, e de Elyssama Aires. As denúncias contra o perfil já se aproximam de 80 registros na Polícia Civil.

Em maio, a proposta de CEI chegou a ser discutida, mas não avançou. A presidente da Câmara, Andreia Rezende (Avante), pediu cautela no tratamento do caso. Ao final da sessão desta terça-feira, porém, Rimet informou que o requerimento já conta com seis assinaturas e que faltam apenas três para que a comissão possa ser instalada oficialmente. Segundo ele, a expectativa é alcançar o número necessário ainda nesta semana.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

CBF precisa coibir a cera e a simulação de faltas no futebol

As entidades responsáveis pelas regras do futebol estão elaborando nova regulamentação para coibir a "cera" nas partidas do esporte mais popular do mundo. As novas determinações incluem a limitação do tempo para a cobrança de laterais e tiros de meta e o tempo de jogo para atletas que recebem atendimento durante a partida. Segundo as novas regras, que serão implantadas na Copa do Mundo, se o juiz considerar que as cobranças de laterais e tiros de meta estão demorando muito, ele começará a fazer a contagem de cinco segundos. Caso ultrapasse esse tempo, o lateral será dado ao adversário e o tiro de meta convertido em escanteio.

Essas medidas são importantes para coibir a "cera" no futebol, mas ainda não são suficientes para inibir os jogadores mal-intencionados, que tentam

enganar a arbitragem com a encenação de supostas agressões dos adversários, com a finalidade de obter vantagens, como a marcação de faltas, pênaltis e até a expulsão dos jogadores adversários. É uma prática que explicita o mau-caratismo de atletas sem ética, sem moral, adeptos à "Lei de Gerson", que pensam somente em seus interesses e querem levar vantagem em tudo. A prática é tão comum, que acontece em todos os cantos onde se joga futebol. Às vezes o atleta nem é tocado, mas cai no gramado simulando ter recebido grave agressão, que não aconteceu. Muitas vezes rolam no gramado fingindo sentir dores insuportáveis. Quando o juiz ignora a encenação, o sujeito levanta e sai andando como se nada tivesse acontecido.

Cai-cai - Neymar é um dos jogadores que mais simulam faltas e contusões, principal-

mente em jogos da seleção brasileira. Chegou a ser apelidado de Neymar Cai-Cai. Em 2018, um grupo de crianças na Suíça aparece conduzindo a bola dentro de campo, quando alguém grita "Neymar" e então todos se jogam no gramado a gritar "ai, minha perna", como se estivessem com dores. As imagens são de vídeos que viralizaram na Internet. O mesmo aconteceu com um grupo maior de uma escolinha de futebol em Punta Cana, na República Dominicana. As críticas ao camisa 10 do Brasil aumentaram no jogo contra o México, na Copa do Mundo de 2018, quando Neymar sofreu uma falta na lateral do campo e rolou no gramado simulando uma dor que na verdade não estava sentindo.

A simulação de faltas inexistentes evoluiu muito no futebol brasileiro. A intenção é impressionar a arbitragem e obter van-



Fotos: Divulgação

O craque da seleção brasileira ganhou o apelido de Neymar Cai-Cai

tagens, como o ganho de faltas, penalidades e até a expulsão de jogadores do time adversário. É a expressão da falta de empatia, do mau-caratismo e desrespeito com o colega de trabalho, que pode ser punido por conta de uma encenação de um jogador mal-intencionado em campo. As entidades que comandam o futebol mundial precisam encontrar instrumentos para punir os autores ou atores dessa peça teatral de péssimo gosto, que prejudica o futebol. Prejudica atletas, imprensa, clubes e, principalmente o torcedor, que paga ingresso e é assaltado com essa prática desonesta de jogadores de formação moral duvidosa. A pergunta

que fica é: qual o exemplo estão dando para as novas gerações? E para seus filhos que estão em casa ou no estádio assistindo os jogos?

Além de simular faltas inexistentes, os jogadores estão se acostumando a levantar e pedir cartão para o adversário que provocou a suposta infração, tentando induzir o árbitro ao erro. O Juiz do jogo precisa ter instrumentos para coibir esse tipo de comportamento. E tem, basta usá-lo. Se um determinado jogador pedir cartão para o adversário, dê a ele o cartão solicitado. Só assim o atleta mal-intencionado vai perceber que ele é jogador de futebol, não árbitro do jogo.

Vila avança à 3ª fase da Copa do Brasil

Praticando um futebol de baixa qualidade, o Vila Nova empatou em 0 a 0 na cidade de Rio Claro-SP, contra o Velo Clube, resultado que levou a decisão da vaga para as penalidades. O goleiro Dalberson fez grandes defesas durante o jogo e defendeu duas cobranças de pênaltis, enquanto os cobradores do Vila Nova acertaram todos os arremessos. João Vieira, Dodô, Higor e Dalberson foram os jogadores encarregados das cobranças das penalidades que garantiram o Vila na terceira fase da Copa do

Brasil. A classificação trouxe para os cofres do clube colorado a premiação no valor de R\$ 1.530 mil.

Em entrevista depois da partida, o técnico Umberto Louzer justificou a atuação ruim do Vila Nova à ansiedade, mas, segundo ele, o que importa é a classificação. Na próxima fase da Copa do Brasil, o Vila vai enfrentar o Operário-MS, em jogo único a ser realizado na próxima semana no estádio Onésio Brasileiro Alvarenga. Mesmo após garantir a classificação para a 3ª fase da Copa do Brasil, o ambiente no

Vila Nova continua tenso. O futebol ruim apresentado no empate com o Velo Clube, mereceu do vice-presidente Hugo Bravo, críticas severas em entrevista concedida à imprensa depois da partida em Rio Claro.

Depto. Médico ou açougue? — O dirigente colorado demonstrou preocupação com o momento vivido pelo clube, principalmente em relação ao grande número de jogadores lesionados no elenco vilanovense. "Está me incomodando demais essa quantidade de

lesões. Parece que o Vila está se transformando em açougue. Todos serão cobrados. A gente precisa mudar a metodologia, postura, precisa mudar tudo. Isso é inadmissível", afirmou Hugo Bravo. Segundo o vice-presidente colorado, o problema das lesões tem impactado diretamente o desempenho da equipe, que acabou sendo eliminada nas semifinais do campeonato goiano pelo Atlético.

Para o dirigente, o Vila precisa identificar urgentemente o que está acontecendo no

Departamento de Futebol. "Precisamos olhar para dentro e descobrir onde está o erro, porque tem coisa errada. No intervalo do jogo, tem jogador que precisa ser substituído porque está sentindo. Isso vem acontecendo jogo após jogo, destacou. Nós temos estrutura de primeira linha, todas as tecnologias possíveis, todo o suporte para o trabalho. Então precisamos identificar se é protocolo, metodologia ou execução da preparação. Alguma coisa precisa ser ajustada", concluiu Hugo Bravo.

✓ O Atlético Goianiense contratou o volante Cristiano, ex-Vila Nova, para a temporada de 2026. A informação foi divulgada na quarta-feira à noite no Programa Boleiragem, da Rádio Bandeirantes.

✓ O Goiás está negociando sua saída da Liga Forte e União, e trabalha para acertar o retorno às transmissões com a Rede Globo de Televisão. O clube da Serrinha estuda a possibilidade de realizar o pagamento da multa prevista em contrato para rescindir o contrato atual com a liga.



Pilotos aprovam mudanças no Autódromo de Goiânia

✓ Os pilotos que participaram do

evento-teste no Autódromo de Goiânia aprovaram as alterações realizadas no circuito e elogiaram as novidades na pista e na segurança. Foram mais de 20 simulações com diferentes intervalos de provas e voltas.

✓ O departamento médico do Goiás trabalha muito para recuperar o volante Lucas Rodrigues, o Luquinha, de 18 anos e titular absoluto no meio de campo do Goiás. Sem ele, o Goiás caiu de produção nos últimos jogos.

✓ O atacante Felipe Clemente, do Gama, está no radar do Goiás. O artilheiro do time candango na temporada, pode aparecer no time esmeraldino para reforçar o ataque nas competições de 2026.

✓ Ronei de Freitas, presidente da Federação Goiana de Futebol, foi nomeado coordenador da Copa Verde, competição organizada pela CBF. Com novo formato do calendário nacional, o torneio passa a contar com 24 clubes

participantes.

✓ Julio Cesar, ex-goleiro da seleção brasileira, é anunciado como embaixador do Atlético Goianiense. Ex-jogador esteve visitando as dependências do Dragão para conhecer a estrutura do time atleticano e o modelo de gestão adotado.

✓ O que se sabe, é que Julio Cesar nunca teve vínculo com o Atlético Goianiense, por isso, não dá para entender qual o papel ele exercerá na função de embaixador, se a função é remunerada ou não, e em que ele poderá ajudar o time de Campinas.

✓ O Vila encaminhou a contratação do zagueiro Caio Marcelo, de 27 anos, que na última temporada jogou no futebol da Coreia do Sul. O jogador é cria das categorias de base do Vasco da Gama.

✓ O Goiás acertou a compra do atacante Kauã Freire, de 19 anos, junto à Portuguesa. O atleta foi

um dos destaques da Lusa na Copa São Paulo. Pela base do time paulistano, Kauã disputou 19 jogos e marcou 9 gols. O Verdão adquiriu 60% dos direitos econômicos do artilheiro.

COPA CENTRO OESTE	
GRUPO A	GRUPO B
PRIMAVERA-MT	CUIABÁ-MT
VILA NOVA	ATLÉTICO-GO
CAPITAL-DF	GAMA-DF
RIO BRANCO-ES	PORTO VITÓRIA-ES
ARAGUAÍMA-TO	TOCANTINÓPOLIS-TO
OPERÁRIO-MS	ANÁPOLIS-GO

Grupos da Copa Centro Oeste definidos. Ilustração: Esporte Goiano

✓ A CBF definiu os grupos do Atlético Goianiense, Vila Nova e Anápolis, na Copa Centro-Oeste. O Vila foi inserido em um grupo considerado mais fácil. Atlético e Anápolis terão pela frente times mais qualificados, como Gama e Cuiabá.

ESCOLA

TECNOLOGIA

Inteligência artificial chega às escolas antes da lei e expõe o desafio regulatório da educação no Brasil

Enquanto o Congresso ainda discute o marco legal da IA, Goiás acelera a incorporação da tecnologia nas redes de ensino e coloca em evidência o dilema entre inovação, equidade e proteção de dados de estudantes

Dhayane Marques

A inteligência artificial começa a transformar a dinâmica das escolas brasileiras, mas o país ainda não definiu as regras que orientarão esse avanço. Há quase um ano em debate na Câmara dos Deputados, o projeto que regulamenta o uso da tecnologia segue sem votação em plenário. O texto permanece em análise em comissão especial, responsável por consolidar contribuições técnicas e conduzir audiências públicas sobre temas como formação docente, uso pedagógico da IA e proteção de dados de estudantes.

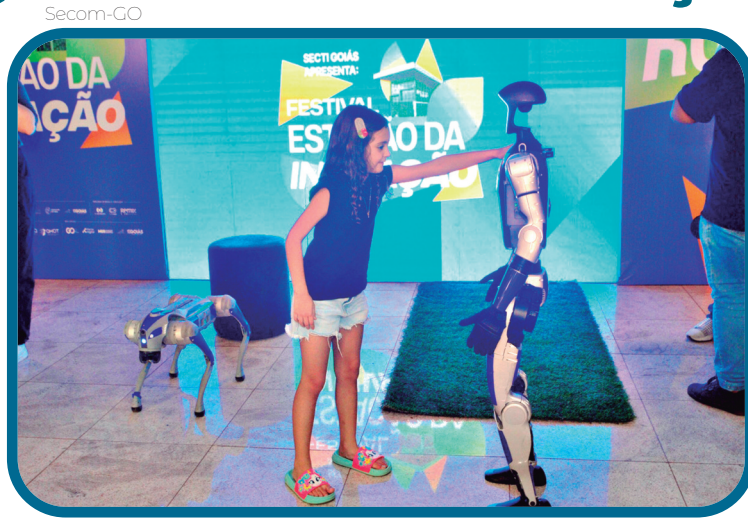
O atraso legislativo ocorre em um momento no qual redes de ensino, governos e instituições

educacionais ampliam o uso de ferramentas baseadas em algoritmos. O contraste entre inovação acelerada e regulação ainda em construção evidencia um dos principais dilemas da educação contemporânea. O desafio consiste em incorporar tecnologia sem comprometer direitos, ampliar desigualdades ou reduzir o papel pedagógico do professor.

Em Goiás, o debate ganhou força com a estratégia de modernização digital adotada pelo governo estadual. Durante o 1º Encontro de Inteligência Artificial e Políticas Públicas, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o governador Ronaldo Caiado defendeu a adoção da IA como instrumento de modernização da gestão pública. Segundo ele, a tecnologia possui potencial para reduzir burocracias, acelerar processos administrativos e ampliar a eficiência dos serviços prestados à população.

A iniciativa também envolve a área educacional. A Secretaria de Estado da Educação de Goiás informou que prepara a implementação de ferramentas de inteligência artificial nas escolas desde 2025. A estratégia inclui aquisição de licenças digitais, formação de professores e ampliação do uso de dispositivos tecnológicos nas salas de aula.

A proposta busca utilizar a IA para apoiar diagnósticos de aprendizagem, personalizar conteúdos educacionais e reduzir tarefas administrativas que hoje consomem grande parte do



Secretaria de Educação de Goiás estrutura formação docente e aquisição de tecnologia para incorporar inteligência artificial ao ensino estadual

tempo docente. Programas como GoiásTec, Ser Goiás e Goedu integram o processo de transformação digital que a rede estadual pretende consolidar nos próximos anos.

Especialistas alertam que o avanço tecnológico exige planejamento e governança. Sem diretrizes claras de transparência e segurança, ferramentas baseadas em inteligência artificial podem reproduzir vieses, ampliar desigualdades educacionais e comprometer a proteção de dados sensíveis de estudantes.

O debate regulatório nacional se concentra no Projeto de Lei nº PL 2338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco e atualmente sob relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro na Câmara. A proposta estabelece princípios para o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial no país, com base na proteção de direi-

tos fundamentais e na centralidade da pessoa humana.

Entre os principais dispositivos do texto estão a classificação de sistemas de IA por nível de risco, regras de responsabilidade civil para fornecedores e operadores da tecnologia e a garantia de direitos aos usuários, como transparência, acesso a informações claras e possibilidade de revisão de decisões automatizadas.

A presidente da comissão especial que analisa a proposta, deputada Luísa Canziani, afirma que o Brasil precisa construir um marco regulatório capaz de equilibrar inovação tecnológica e segurança jurídica. Segundo ela, a regulamentação deve considerar as especificidades do setor educacional, no qual a presença da inteligência artificial afeta diretamente estudantes, professores e instituições de ensino.

Estudos do movimento

Todos Pela Educação indicam que a inteligência artificial pode contribuir para a personalização do ensino e para a otimização de tarefas pedagógicas. A organização ressalta, no entanto, que a tecnologia não substitui o papel do professor e deve atuar como ferramenta de apoio à prática educativa.

O desafio ultrapassa a simples incorporação de novas plataformas digitais. Ele envolve a construção de um modelo educacional capaz de utilizar a inteligência artificial de forma crítica, ética e inclusiva. Sem políticas públicas consistentes, o risco é ampliar a distância entre redes de ensino com maior capacidade de investimento e sistemas educacionais que já enfrentam limitações estruturais.

No cenário internacional, organismos como a Unesco defendem que o ensino sobre inteligência artificial inclua não apenas competências técnicas, mas também reflexão ética, compreensão dos impactos sociais da tecnologia e uso responsável de algoritmos.

A discussão sobre IA na educação brasileira ultrapassa o campo tecnológico e alcança decisões estratégicas sobre o futuro da escola, o papel do professor e a formação das novas gerações em uma sociedade cada vez mais orientada por dados e sistemas automatizados. A tecnologia já entrou na sala de aula. O desafio agora consiste em garantir que sua presença fortaleça a aprendizagem, preserve direitos e amplie oportunidades.

Câmara aprofunda debate sobre regras para o uso da inteligência artificial na educação

Com a retomada das atividades legislativas após o período de Carnaval, a Câmara dos Deputados intensifica o debate sobre a regulamentação da inteligência artificial no país, com atenção especial aos impactos da tecnologia no sistema educa-

cional. A discussão ocorre no âmbito da comissão especial que analisa o Projeto de Lei 2338/2023, considerado o principal marco regulatório em tramitação sobre o tema no Brasil.

O colegiado deve ampliar o ciclo de audiências públicas com

especialistas em educação, tecnologia e proteção de dados. O objetivo consiste em reunir subsídios técnicos para definir parâmetros de uso da inteligência artificial nas escolas, especialmente em áreas sensíveis como avaliação educacional, gestão de

dados de estudantes e apoio pedagógico ao trabalho docente.

Parlamentares e especialistas defendem que a regulamentação estabeleça critérios claros de transparência, segurança e responsabilidade no uso dessas ferramentas. A expectativa é que o

texto final assegure proteção aos estudantes, estimule a inovação educacional e ofereça segurança jurídica para redes de ensino e instituições que já começam a incorporar sistemas baseados em inteligência artificial em suas rotinas pedagógicas.

Goiás amplia uso da inteligência artificial na administração pública

O uso de inteligência artificial também avança na gestão pública em Goiás. Durante o encontro promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, autoridades estaduais

apresentaram a ferramenta IAGO, sistema desenvolvido para auxiliar na análise de processos licitatórios e no acompanhamento de contratos e obras públicas. A plataforma utiliza

recursos de automação e análise de dados para ampliar a capacidade de fiscalização e identificar possíveis inconsistências nos processos administrativos.

A iniciativa integra a estraté-

gia de modernização digital da administração estadual e sinaliza a expansão do uso de tecnologias baseadas em inteligência artificial em diferentes áreas do serviço público. A expectativa é

que ferramentas desse tipo contribuam para maior transparência, agilidade na análise de informações e aprimoramento dos mecanismos de controle e gestão no setor público.